

Ar poluído aumenta risco de câncer e ameaça avanço no combate à doença, aponta relatório global

- *Documento amplia compreensão dos impactos da poluição para além da conhecida relação com o câncer de pulmão*
- *Exposição a partículas finas eleva em até 11% a incidência da doença e afeta mais mulheres, crianças e populações pobres*

Cláudia Collucci

São Paulo

A exposição prolongada à poluição do ar está associada a um aumento significativo no risco de desenvolver e morrer de câncer, segundo novo relatório da UICC (Union for International Cancer Control), a mais antiga e maior organização global dedicada ao combate à doença.

O documento, divulgado nesta semana, amplia o entendimento sobre os impactos da poluição além da já conhecida relação com o câncer de pulmão e aponta para desigualdades marcantes na distribuição desses riscos.

De acordo com o levantamento, a exposição contínua a partículas finas (PM2,5) eleva em 11% o risco geral de desenvolver câncer e em 12% o risco de morte pela doença.

Entre os tipos mais afetados estão câncer de fígado e colorretal, com aumentos de incidência de 32% e 18%, respectivamente. A mortalidade também cresce de forma desigual: o risco de morte por câncer de mama sobe 20%, por câncer de fígado, 14%, e por câncer de pulmão, 13%.

Os dados reforçam que a poluição atmosférica atua como um fator de risco "multicâncer", conceito ainda pouco explorado em pesquisas anteriores. O estudo, conduzido pelo The George Institute for Global Health, reúne evidências de 42 meta-análises publicadas entre 2019 e 2024.

"Fizemos grandes avanços na redução das mortes por câncer, mas o ar poluído está minando silenciosamente esse progresso", afirma Cary Adams, CEO da

UICC. A entidade foi fundada em 1933, é sediada em Genebra (Suíça) e reúne mais de 1.100 organizações-membro em mais de 170 países. "É um risco que afeta desproporcionalmente mulheres, crianças e pessoas em situação de pobreza", reforça.

O relatório também chama atenção para o papel das partículas maiores (PM10), associadas a um aumento de 10% no risco geral de câncer e a elevações específicas na mortalidade por câncer de pulmão (13%) e de mama (11%).

Há ainda indicações que relacionam a absorção prolongada de PM2,5 a um risco 63% maior de câncer cerebral. O dado, ainda preliminar, preocupa especialistas pela capacidade dessas partículas de penetrar na corrente sanguínea e atingir o cérebro.

As disparidades sociais aparecem como um dos pontos centrais do estudo. Mulheres expostas à poluição doméstica, especialmente em contextos de uso de combustíveis sólidos para cozinhar e aquecer, têm risco até 69% maior de desenvolver câncer de pulmão.

Trabalhadores ao ar livre e populações que vivem próximas a áreas industriais —frequentemente comunidades de baixa renda— também enfrentam níveis mais altos de exposição.

Países de baixa e média renda concentram a maior parte desse impacto. Além de lidarem com maior poluição, dispõem de menos recursos para prevenção e tratamento, o que agrava tanto os desfechos de saúde quanto as desigualdades econômicas.

A projeção global de casos de câncer —de 20 milhões em 2022 para 35 milhões até 2050— tende a pressionar ainda mais esses sistemas de saúde, segundo o documento.

Apesar do cenário preocupante, o relatório sustenta que há soluções viáveis e já testadas. Medidas como a transição para a energia limpa, o fortalecimento de padrões de emissão para transporte e indústria e o redesenho urbano com foco em mobilidade ativa podem reduzir a exposição da população.

Exemplos concretos incluem iniciativas como os "superblocos" de Barcelona (Espanha), cujo conceito central é criar células urbanas onde a prioridade máxima é do pedestre e do ciclista, transformando ruas que antes eram dominadas por carros em áreas de lazer, convivência e espaços verdes.

O programa de ruas abertas em Bogotá (Colômbia), que também priorizam pedestres e ciclistas e reduzem o tráfego de veículos, é outro exemplo citado no relatório. Essas políticas têm sido associadas à diminuição de mortes evitáveis e à melhoria da qualidade do ar.

A implementação, porém, ainda é limitada. Embora mais de 140 países possuam padrões de qualidade do ar, apenas cerca de um terço deles os aplica de forma efetiva. Para os autores, a lacuna entre regulamentação e execução mantém populações inteiras expostas a riscos evitáveis.

Entre as recomendações do relatório estão a adoção de padrões alinhados às diretrizes da OMS (Organização Mundial da Saúde), a ampliação do monitoramento da qualidade do ar —especialmente em regiões mais vulneráveis— e a integração de metas ambientais aos planos nacionais de controle do câncer.

"Ar limpo é urgentemente necessário para conter o aumento esperado de casos de câncer nas próximas décadas, especialmente em países de baixa e média renda. Sem isso, décadas de investimento em pesquisa e tratamento serão comprometidas", afirma Nina Renshaw, chefe de saúde do Clean Air Fund, que apoiou o estudo.

"Os benefícios da ação serão medidos em vidas salvas, tratamentos bem-sucedidos e redução de custos para os sistemas de saúde", diz. A Clean Air Fund é uma organização filantrópica global que trabalha com governos, empresas e pesquisadores para combater a poluição atmosférica e garantir ar limpo.

Para o patologista Paulo Saldiva, professor titular da USP e que há mais de 30 anos pesquisa os efeitos da poluição do ar na saúde, o relatório representa uma mudança importante na forma de entender os riscos ambientais à saúde.

Segundo ele, diferentemente de agentes isolados—como arsênico ou radônio—, a poluição atmosférica é um "conjunto complexo de exposições", o que torna sua avaliação mais desafiadora, mas também mais próxima da realidade vivida nas grandes cidades.

Esse reconhecimento, ressalta, ganhou força após a classificação da poluição do ar como carcinógeno pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer.

Saldiva ressalta que as evidências já são robustas no caso do câncer de pulmão: estima-se que entre 12% e 15% dos casos estejam associados à exposição crônica à poluição.

Ele observa ainda que esse tipo de câncer apresenta características específicas, como maior incidência de adenocarcinomas em regiões periféricas do pulmão, com padrão molecular distinto —frequentemente ligado a mutações no receptor do fator de crescimento epidérmico (EGFR). Esse perfil reforça a ligação biológica entre a poluição e o desenvolvimento da doença.

O professor afirma que também há indícios crescentes de associação com outros tipos de câncer, embora ainda sem consenso científico definitivo.

O relatório da UICC, segundo ele, avança justamente ao reunir essas evidências emergentes, o que pode influenciar futuras regulações e políticas públicas. A tendência, diz Saldiva, é que novos estudos ampliem a lista de doenças relacionadas à poluição do ar.

Para os pesquisadores, ainda que existam lacunas, o conjunto atual de dados já é suficiente para justificar ações imediatas, sobretudo porque, diferentemente de outros fatores de risco, a poluição do ar não é uma escolha individual, mas um problema coletivo que exige resposta coordenada de governos e políticas públicas.

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2026/04/ar-poluido-aumenta-risco-de-cancer-e-ameaca-avanco-no-combate-a-doenca-aponta-relatorio-global.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo